

NOME DA DISCIPLINA

Vulnerabilidade e Interseccionalidade das existências LGBTQIA+

*Disciplina de natureza Teórico-prática de níveis Doutorado e Mestrado Acadêmico, com carga horária de **30** horas em sala de aula e **02** créditos.*

Categoria: [☐] Obrigatória ou [☒] Eletiva

Número de vagas: 20

Alunos externos: [☒] sim [☐] não

Vinculada ao PPG Saúde Coletiva-UFF

Estágio em docência e quantas vagas: [☒] sim [☐] não – 02 vagas

Data de início: 21/08/2025

Data de término: 27/11/2025

Essa disciplina está vinculada a outro Programa? Qual(is)? NÃO

Pré-requisitos

Nome
Nenhum item vinculado.

Professores

Nome	Atuação
Professora: Sandra Brignol	Responsável

Horários

Dia	Local	Início	Fim
Quinta-feira	A definir. Centro do Rio de Janeiro	17h30	19h30

EMENTA

A disciplina tem como objetivo introduzir os discentes aos conceitos de vulnerabilidade, interseccionalidade, bem como conceitos correlatos, visando subsidiar as discussões sobre as susceptibilidades em saúde das existências das pessoas LGBT.

Bibliografia

Transfeminismo

NASCIMENTO, Letícia. Transfeminismo. Editora Jandaíra, 2021. Disponível em: <> Acesso em: 04 de ago 2022.

Decolonialidade

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Autêntica, 2018. Disponível em: <

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=u3lvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=decolonialidade+e+conceito&ots=402kpdspgD&sig=Qoi6JN0sRdYuciTLuDKfGiyk7Y#v=onepage&q=decolonialidade%20e%20conceito&f=false)

[BR&lr=&id=u3lvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=decolonialidade+e+conceito&ots=402kpdspgD&sig=Qoi6JN0sRdYuciTLuDKfGiyk7Y#v=onepage&q=decolonialidade%20e%20conceito&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=u3lvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=decolonialidade+e+conceito&ots=402kpdspgD&sig=Qoi6JN0sRdYuciTLuDKfGiyk7Y#v=onepage&q=decolonialidade%20e%20conceito&f=false) >. Acesso em: 04 de ago 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. Sociedade e Estado, v. 31, p. 15-24, 2016. Acesso em: 22 de mai 2022. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?format=html> >. Acesso em: 04 de ago 2022.

Vulnerabilidade

1. AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências, v. 2, p. 121-144, 2003. Disponível em: <

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-UEqBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA121&dq=vulnerabilidade++e+ayres&ots=CU87Xs6qJd&sig=DmyYCRp90YwckAT4Z_W8bLJWm4U#v=onepage&q=vulnerabilidade%20%20e%20ayres&f=false)

[UEqBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA121&dq=vulnerabilidade++e+ayres&ots=CU87Xs6qJd&sig=DmyYCRp90YwckAT4Z_W8bLJWm4U#v=onepage&q=vulnerabilidade%20%20e%20ayres&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-UEqBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA121&dq=vulnerabilidade++e+ayres&ots=CU87Xs6qJd&sig=DmyYCRp90YwckAT4Z_W8bLJWm4U#v=onepage&q=vulnerabilidade%20%20e%20ayres&f=false) >. Acesso em: 22 de mai 2022.

Interseccionalidade

2. AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LSqsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Interseccionalidade&ots=nqWX3xgWWW&sig=-31GV3fP4cv40fkTVH8Eix_3JwQ#v=onepage&q=Interseccionalidade&f=false)

[BR&lr=&id=LSqsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Interseccionalidade&ots=nqWX3xgWWW&sig=-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LSqsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Interseccionalidade&ots=nqWX3xgWWW&sig=-31GV3fP4cv40fkTVH8Eix_3JwQ#v=onepage&q=Interseccionalidade&f=false)

[31GV3fP4cv40fkTVH8Eix_3JwQ#v=onepage&q=Interseccionalidade&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LSqsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Interseccionalidade&ots=nqWX3xgWWW&sig=-31GV3fP4cv40fkTVH8Eix_3JwQ#v=onepage&q=Interseccionalidade&f=false)>.

Acesso em: 1 de jun 2022.

Dororidade

3. DE OLIVEIRA, Jéssica Cristina Alvaro. Dororidade: A união das mulheres pretas através da dor. *Ayé: Revista de Antropologia*, v. 3, n. 01, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/751/452>>. Acesso em: 1 de jun 2022.

4. SILVA, Fernanda de Moraes da. Dororidade: Dor que só as Mulheres Transexuais e Travestis Negras Sentem. *Notícias, Revista Docência e Cibercultura*, janeiro de 2022, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: < Notícias: Dororidade: Dor que só as Mulheres Transexuais e Travestis Negras Sentem (uerj.br) >. Acesso em: 16 fev 2022.

Escrevivência

5. EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, p. 26-47, 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf#page=27>>. Acesso em: 2 de mai 2022.

Lugar de fala

6. RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=lyqsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=lugar+de+fala+djamila+ribeiro&ots=l6-q70V1Dd&sig=RoyFzM_W7ddoiXnHo5QOJJwOX58#v=onepage&q=lugar%20de%20fala%20djamila%20ribeiro&f=false>. Acesso em: 6 de jun 2022.

Saúde da população LGBT

7. BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Secretaria de Gestão Estratégica e Participação. Departamento de Apoio à Gestão Participação Política Nacional Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde. 2013;(1. ed.). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 30 mai de 2022.

8. MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 7-28, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/8ZZjpNCzgQMvJDDGRvLPYmk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 mai de 2022.

9. ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csc/a/SBVq6LKYBTWNR8TLNsFdKkj/?format=pdf&lang=pt>

>. Acesso em: 8 de jun 2022

10. BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csp/a/SWPVbsZqNBshQgBV6kqLZVg/?lang=pt&format=html>

>. Acesso em: 8 de jun 2022.

11. MAGNO, Laio et al. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00112718, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35n4/e00112718/> >. Acesso em: 23 out 2021.

Pesquisa com populações LGBT na saúde coletiva

12. DOURADO, Inês et al. Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/GhYH9dYqbWpjWV3hyHJSZxh/?lang=pt> >. Acesso em: 16 de jun 2021.

13. ABADE, Erik Asley Ferreira; CHAVES, Sônia Cristina Lima; SILVA, Gisella Cristina de Oliveira. Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/physis/a/4NSzVdrcrYV5pVnPLY49kzP/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 6 de jun 2022.

14. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). RESOLUÇÃO Nº 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html#:~:text=Esta%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20incorpora%2C%20sob%20a,da%20pesquisa%20e%20ao%20Estado.>. Acesso em: 6 de jun 2022.

15. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). RESOLUÇÃO Nº 466. DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: >https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> . Acesso em: 6 de jun 2022.

16. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). RESOLUÇÃO Nº 510. DE 07 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> . Acesso em: 6 de jun 2022.